



CONTROLE PROCESSUAL

**DOCUMENTO SIAM Nº
0229276/2014**

Indexado ao Processo n.º 05788/2008/006/2012	
Auto de infração n.º 47.148	Data: 25/01/2012 às 14hs30min.
Auto de fiscalização n.º S 066/2010	Data: 22/12/2010 às 14hs
Infração: Art. 83, do Dec.º 44.844/08 – Código 114 - <i>"Descumprir condicionantes aprovadas nas Licenças Prévia, de Instalação e de Operação, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, ou cumpri-las fora do prazo fixado, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental"</i> .	
Pena aplicada: multa simples	
Empreendedor: Talento Indústria e Comércio de Confecções Ltda.	
Empreendimento: Talento Indústria e Comércio de Confecções Ltda.	
CNPJ: 20.174.116/0001-54	Município: Passos/MG

1-ADMISSIBILIDADE:

Em 15/01/14 o empreendedor propôs recurso à decisão que não acatou a defesa ao Auto de Infração 47.148. A decisão foi publicada na Imprensa Oficial em 04/12/2013.

Conforme dispõe o art. 43 do Decreto nº 44.844 de 25 de Junho de 2008, o prazo recursal é de 30 dias, contados da notificação a que se refere o art. 42, que dentre elas prevê a publicação na imprensa oficial.

Assim, tempestivo é o recurso apresentado.

2- DA COMPETÊNCIA PARA A DECISÃO:

Conforme estabelece o art. 37, § 2º do Decreto Estadual 44.844/08 e delegação de competência estabelecida pela Resolução conjunta SEMAD/IGAM/FEAM/IEF n.º 1.203, de 03/09/2010, a defesa aos autos de infração devem ser decididos pelos Superintendentes Regionais de Regularização Ambiental, quando as infrações forem lavradas por seus servidores.

Todavia, o Superintendente Regional de Regularização Ambiental do Sul Minas (autoridade competente para decidir sobre a aplicação da penalidade) foi quem atuou como servidor na fiscalização do empreendimento, lavrando o auto de fiscalização e o auto de infração (que iniciou o presente processo administrativo), estando assim, impedido de atuar agora, na decisão da defesa.

Assim, em observância ao princípio do devido processo legal e da imparcialidade do julgador, previstos na Constituição Federal, o processo foi decidido pela URC COPAM Sul de Minas.

af



Consequentemente, em analogia ao procedimento traçado no art. 43, §5º, o recurso deve ser decidido pela CNR do COPAM:

“Art. 43. Da decisão a que se refere o art. 41 cabe recurso, no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o art. 42, independentemente de depósito ou caução, dirigido ao COPAM, ao CERH ou ao Conselho de Administração do IEF, conforme o caso.

§ 1º ...

*...
§ 5º Da decisão contra penalidade imposta nos termos do art. 64 cabe recurso dirigido à CNR do COPAM, ao Plenário do CERH ou ao Conselho de Administração do IEF, conforme o caso.”*

3- RELATÓRIO:

Nos termos do Decreto nº 44.844 de 25 de Junho de 2008, o empreendedor foi multado por continuar descumprindo as condicionantes: 01, 02 e 05 estabelecidas e aprovadas pela URC COPAM Sul de Minas na 63ª Reunião Ordinária realizada em 01/12/2009, a qual aplicou a sanção de multa simples, no valor de R\$ 20.001,00 (vinte mil e um reais), referente ao auto de infração supra.

A defesa foi julgada em 02/12/2013, com sua publicação em 07/12/2013, a qual conclui pelo seu indeferimento.

Não satisfeito, veio novamente o recorrente, apresentar recurso, alegando em síntese:

- No que se refere condicionante nº. 1, a recorrente reconhece que realmente cometeu um pequeno atraso no cumprimento da condicionante, contudo, restou claro que foi cumprida;
- No tocante a condicionante 2, também considerada não cumprida, está relacionada as análises físico/químicas da sua ETE e que teria sido um equívoco de interpretação na frase por ele apresentada - “apesar dos progressos alcançados os resultados das análise dos efluentes tratados na ETE ainda apresentavam valores que não atendem aos padrões de lançamento. - Que ao fazer tal declaração queria ela dizer que buscava um aprimoramento, cada vez maior e não confessar o descumprimento dos padrões de lançamento.
- Quanto a condicionante 05, sob o entendimento de que o “empreendedor protocolou um ofício, fora do prazo, apenas citando quais as medidas seriam tomadas para a melhoria da qualidade ambiental, sem no entanto apresentar os projetos ou mesmo documentos que comprassem a implantação de tais medidas, assim, alegou, sem prova. A alegação, todavia não é verdadeira. Embora com algum atraso, pelas razões já enfocadas, a recorrente apresentou um projeto, instruído com documentos e enviados em 14/06/2010.

60



E o relatório.

3.1 – Análise do Recurso:

O legislador constituinte no art. 225 da Constituição erigiu o meio ambiente à categoria de bem de uso comum do povo, asseverando assim, ser direito de todos tê-lo de maneira ecologicamente equilibrada, e em contrapartida determinou que sua defesa e preservação para as presentes e futuras gerações é dever do Poder Público e de toda a coletividade.

Ainda no artigo 225, da CF, precisamente no §3º, sujeita os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, responderem por suas condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, no plano penal e administrativo, independente da obrigação de reparar os danos causados.

Assim, elevou o meio ambiente a direito subjetivo individual e de titularidade coletiva, portanto, a proteção ao meio ambiente deve sobrepor-se aos interesses econômicos meramente particulares.

Dessa forma, o não cumprimento de condicionantes estabelecidas na licença ambiental, com a constatação de poluição e degradação ambiental configura infração administrativa passível de autuação e, por esse motivo, o empreendedor foi autuado. Conforme consta no Parecer Único nº 0107427/2012, do processo de licença ambiental, P/A nº 05788/2008/001/2008, o empreendedor mesmo após ser autuado (AI nº 20/2010) continuou descumprimento as condicionantes, o que gerou nova autuação (AI nº 47.158 de 25/01/2012, amparado pelo Auto de Fiscalização nº 66/2010).

Então, por continuar descumprido as condicionantes estabelecidas quando da concessão da Licença de Operação (em 01/12/2009), o empreendedor foi autuado novamente por descumprir condicionantes, sendo constatada a existência de poluição ou degradação ambiental.

A sua defesa apresentada já fora indeferida, haja vista que o empreendedor alegou em relação a condicionante nº 01 que a empresa já está operando sua ETE com as devidas adequações previstas no Plano de Ação enviado a SUPRAM em 12/11/2010 e que o histórico de análises enviadas mostra um consistente atendimento ao padrões de lançamento estabelecidos na Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH nº 01/2008, e, por esse motivo, entende que cumpriu a condicionante.

Ocorre que, a condicionante nº 01 estabelecia: "realizar tratamento adequado do efluente industrial, para atender os padrões estabelecidos – prazo 60 dias", o que não foi atendido dentro do prazo estabelecido conforme demonstram os documentos anexados a defesa e, também, os documentos que fazem parte do processo de licença de operação do empreendimento, sendo assim, a autuação deve permanecer.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Regularização Ambiental – Sul de Minas

45
Fls.

Neste ponto, por si só já é motivo para a lavratura de Auto de Infração, com a pena aplicada, haja vista que o tipo infracionário, tem como *"Descumprir condicionantes aprovadas nas Licenças Prévia, de Instalação e de Operação, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, ou cumpri-las fora do prazo fixado, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental (grifei)"*.

Ainda, quanto a condicionante nº 02, informou que vem sistematicamente apresentando as análises físico-químicas de sua ETE, citando e anexando todos os protocolos, inclusive, aduziu que os padrões estão sendo cumpridos e, por esse motivo, solicitou alteração na periodicidade do auto-monitoramento. Justificou, também, que nos meses de janeiro/2011 e janeiro/2012 não realizou o monitoramento devido às férias coletivas e que informou tal fato a SUPRAM SM.

No entanto, o próprio empreendedor afirma que *"apesar dos progressos alcançados os resultados das análises dos efluentes tratados na ETE ainda apresentam valores que NÃO atendem aos padrões de lançamento"* (ofício de 12/11/2010 – R126457/2010). O que confirma o não atendimento da condicionante nº 02 e justifica a autuação.

Em relação à condicionante nº 05, disse que considera cumprida de acordo com a carta enviada a SUPRAM SM em 14/06/2010, e, finalmente, mencionou que os programas e projetos voltados a melhoria da qualidade ambiental foram enviados a SUPRAM SM, sendo que citou e anexou os protocolos.

Porém, o empreendedor protocolou um ofício, fora do prazo, apenas citando quais as medidas seriam tomadas para melhoria da qualidade ambiental, sem, no entanto, apresentar os projetos ou mesmo documentos que comprovassem a implantação de tais medidas, assim, alegou sem nada provar. Dessa forma, confirmado o não atendimento da condicionante nº 05.

Em sede de recurso, o recorrente novamente não apresenta qualquer fato impeditivo, modificativo ou extintivo de direitos, se resumindo a reconhecer a cumprimento fora do prazo das condicionantes, assim trazendo:

... "que realmente cometeu um pequeno atraso no cumprimento da condicionante..."

... "apesar dos progressos alcançados os resultados das análises dos efluentes tratados na ETE ainda apresentavam valores que não atendem aos padrões de lançamento..."

... "Embora com algum atraso, pelas razões já enfocadas, a recorrente apresentou um projeto, instruído com documentos e enviados em 14/06/2010..."

Cumpra ressaltar que todos os documentos apresentados e juntados pelo empreendedor foram examinados pela equipe técnica da SUPRAM SM nas respectivas datas, onde foi apurado que em 22/12/2010 as condicionantes nº 01, 02 e 05 continuavam sendo descumpridas. Somente, em 15/02/2012 verificou-se a melhora do desempenho ambiental do empreendimento, motivo pelo qual foi atendido o requerimento de alteração das condicionantes.

up



Ou seja, quando da autuação o empreendedor continuava descumprindo as condicionantes e causando poluição ou degradação ambiental. E mais, conforme pode ser verificado através dos números dos protocolos nos documentos anexados na defesa, todos foram apresentados em data posterior aos prazos estabelecidos, bem como, posterior a fiscalização/autuação. Isso mostra que o empreendedor não vinha apresentando as análises conforme ficou estabelecido.

Tudo isso comprova a irregularidade que gerou o auto de infração. E embora o empreendedor esteja tomando providências para cumprir as condicionantes, isso não o exime da responsabilidade imposta no referido auto de infração, pois, tão somente, está cumprindo com sua obrigação, uma vez que não pode operar uma atividade irregular.

Não obstante, observa-se que as alegações contidas na defesa e recurso são vazias e encontram-se desacompanhadas de provas capazes de desconstituir as conclusões do Auto de Infração. Ao contrário, em sua peça de defesa, o empreendedor limitou-se a descrever as ações que foram tomadas e, no final da defesa, sequer apresentou algum requerimento no sentido de desconstituir a infração.

Assim, sendo, entende-se devidamente comprovado o descumprimento das condicionantes e a poluição ou degradação ambiental devido ao lançamento de efluentes fora dos padrões estabelecidos na legislação ambiental, e, por tratar-se de infração administrativa passível de autuação, basta a violação ao ordenamento tutelar do meio ambiente para configurar a irregularidade.

Desse modo, entendemos que deve ser mantida a caracterização da infração, não sendo possível o acolhimento das razões de mérito expostas na defesa e recurso apresentada porquanto não apresentam fatos novos ou circunstâncias relevantes que permitam a desconstituição da sanção de multa aplicada. Portanto, temos por incabíveis as referidas teses defensivas.

4- CONCLUSÃO:

Ante o exposto, verifica-se que a materialidade do ato resta devidamente comprovada. E, como não se aplicam ao caso nenhuma das circunstâncias atenuantes ou agravantes, com base nos fundamentos do presente parecer, opinamos pela improcedência total das teses sustentadas pela defesa e recurso, com consequente manutenção da multa aplicada no valor de R\$ 20.001,00 (vinte mil e um reais).

Varginha, 06 de março de 2014.

Analista Ambiental de Formação Jurídica	MA SP	Assinatura
Anderson Ramiro de Siqueira – Diretor Regional de Controle Processual	1051539-3	